



A VIABILIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA COMUNIDADE ESCOLAR DE MONTEIRO-PB

Helaine da Silva Viana Soares¹
Jeane Bezerra dos Santos²
Karolayne Abrantes de Sousa³
Thaís Lopes de Souza⁴
Daiana Estrela Ferreira Barbosa⁵

RESUMO

Atualmente a Educação Inclusiva tem ganhado destaque como tema relevante devido ao crescimento das discussões acerca da integração de estudantes com deficiência nas escolas. Neste contexto, essa pesquisa discute questões relacionadas a Educação Inclusiva buscando identificar os obstáculos enfrentados pelas escolas de ensino fundamental do município de Monteiro-PB para atender o público alvo da Educação Especial. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, iniciada no Núcleo de Apoio à Educação Especial e, posteriormente, seguindo critérios estabelecidos, visitando escolas do município. As informações foram coletadas por meio de questionário aberto, com perguntas sobre acessibilidade, recursos pedagógicos, financeiros e outros aspectos oferecidos pelo município para o funcionamento da Educação Especial. Como resultados, percebemos a necessidade de um maior esforço por parte dos órgãos responsáveis, pois identificamos nas escolas desafios físicos, técnicos e de preparo profissional. Em contrapartida a essas barreiras, ações de formação e encontros estão sendo viabilizados periodicamente pela secretaria de educação do município para saná-las. Destacamos, ainda, que é necessário um maior envolvimento da comunidade escolar e das famílias, visando à integração das pessoas com deficiência na sociedade. É importante ressaltar a relevância acadêmica deste trabalho, uma vez que, a Educação Inclusiva tem se mostrado de grande importância para que crianças e adolescentes possam desenvolver competências e habilidades favorecendo a inclusão e reduzindo as desigualdades.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema bem contemporâneo, que sem dúvida provoca debates e discussões no âmbito educacional, pois o Brasil, assim como muitos outros países

¹ Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PB, helaine.soares@aluno.uepb.edu.br;

² Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PB, jeane.santos@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PB, karolayne.sousa@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PB, thais.lopes@aluno.uepb.edu.br ;

⁵ Professora da Universidade Estadual da Paraíba – PB. Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Rural de Pernambuco – PE, daianaestrela@servidor.uepb.edu.br;



possuem legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade de forma igualitária. Nessa perspectiva, evidencia-se a importância fundamental da instituição escolar na integração de alunos com necessidades especiais, desde o acesso até o papel do corpo docente nesse processo de integração, dado que são variados os obstáculos da inclusão educacional, torna-se vital promovê-la de forma responsável e competente.

Neste estudo, a intenção é analisar a situação da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede educacional da cidade de Monteiro-PB. Buscamos examinar as políticas e diretrizes existentes relacionadas à inclusão desses alunos, junto com a avaliação da acessibilidade das escolas municipais para atender às suas necessidades. Isso inclui aspectos físicos, como rampas e banheiros adaptados, e recursos educacionais, como materiais didáticos específicos e tecnologia assistiva.

A justificativa deste trabalho relaciona-se com a necessidade de se refletir sobre os limites e as possibilidades do processo de inclusão, bem como enfatizar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência torna-se extremamente relevante. Relaciona-se também com a relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional dos educandos na escola, levando em consideração a diversidade e construção de uma sociedade inclusiva. Para isso, a pesquisa tenta responder à seguinte indagação: Quais obstáculos enfrentados pelas escolas de ensino fundamental do município de Monteiro-PB para atender o público alvo da Educação Especial?

Deste modo, este trabalho tem como objetivo geral identificar obstáculos enfrentados pelas escolas de ensino fundamental do município de Monteiro - PB para atender o público alvo da Educação Especial. Com os objetivos específicos, busca-se: a) observar a estrutura das escolas de ensino municipal de Monteiro-PB, com o intuito de verificar se existe acessibilidade para educandos com necessidades especiais; b) investigar se as instituições escolares do município oferecem uma equipe de atendimento especializado para alunos especiais.

Essa pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, em que nos concentramos na dimensão da realidade que não pode ser medida numericamente. Além disso, trata-se de um estudo de campo no qual estivemos diretamente envolvidos com a realidade do objeto de estudo, o que possibilitou uma compreensão mais ampla e situada do fenômeno, captando nuances e contradições de forma mais precisa.

A partir da análise dos dados coletados, torna-se necessário um aumento no empenho dos responsáveis e uma participação mais ativa da comunidade escolar e das famílias na



criação de um ambiente mais inclusivo. Esse reconhecimento das habilidades e contribuições de todos, independentemente de suas particularidades, é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

METODOLOGIA

Conforme Marconi e Lakatos (2017), este estudo sobre a História da Matemática no contexto educacional será realizado a partir de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem do método de estudo de caso. A pesquisa qualitativa segundo Gerhardt e Silveira (2009) é aquela que não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Já o estudo de caso, conforme Marconi e Lakatos (2017), é aquele que se utiliza com o objetivo de obter informações e conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta.

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa no Núcleo de Apoio à Educação Especial (NAPSE) e, posteriormente, em quatro escolas municipais de Monteiro-PB. Esta pesquisa fundamentou-se na perspectiva de analisar os desafios e possibilidades da Educação Inclusiva nessas instituições de ensino no referido município, considerando a estrutura da escola, formação inicial e continuada dos profissionais atuantes das respectivas instituições e como também buscamos analisar as metodologias voltadas para uma educação que priorize a heterogeneidade.

Em termos de caracterização dessas instituições, ainda existem algumas lacunas na infraestrutura, pois, nem todas as escolas pesquisadas possuem espaços físicos adequados para o Atendimento Educacional Especializado, como salas apropriadas ou com recursos específicos. Foi constatado também acessibilidade incompleta, pois a infraestrutura acessível, como corrimãos, rampas e banheiros adaptados, também apresenta deficiências em uma das instituições.

Para a coleta das informações, foi selecionado um questionário como ferramenta de coleta de dados, composto por cinco perguntas direcionadas ao NAPSE e seis questões voltadas para as escolas participantes. A análise dos resultados se baseou principalmente na interpretação das respostas, uma vez que a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa.

Finalmente, é fundamental destacar que a revisão bibliográfica foi um aspecto presente em todos os momentos do estudo, considerando a relevância de explorar outras obras relacionadas ao tema para aprimorar as competências de pesquisa.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito garantido na Constituição de 1988 do Brasil, sendo reconhecida como um direito social, incumbindo tanto ao Estado quanto à família assegurá-lo. A legislação nº 9.394/96 define as diretrizes fundamentais para o sistema educacional do país, englobando os diversos processos de formação presentes na esfera familiar, nas interações humanas, no âmbito profissional, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além das expressões culturais. A Educação Inclusiva é fundamentada na igualdade e respeito às diferenças, segue nessa mesma perspectiva, segundo o Ministério da educação (MEC) na consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2006:

A partir dos diversos movimentos que buscam repensar o espaço escolar e da identificação das diferentes formas de exclusão, geracional, territorial, étnico racial, de gênero, dentre outras, a proposta de inclusão escolar começa a ser gestada (MEC, 2023, p.7)

Segundo Ramos (2019), o princípio de inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de caminhar rumo à escola para todos, sendo um lugar que inclua todos os alunos e responda às necessidades individuais de cada um. Porém, como algumas pessoas acreditam, ela não é destinada, exclusivamente, a alunos com deficiência, apesar de fazerem parte desse grupo, há uma diferença, a Educação Especial é designada apenas para alunos com deficiência, já a Educação Inclusiva é para todos os alunos, respeitando as diferenças, se adaptando às limitações e atendendo as necessidades de cada um.

Portanto, a Educação Inclusiva pretende garantir que todos os alunos tenham a mesma qualidade de ensino, independente das diferenças sociais como, cultura, religião, orientação sexual, classe social ou diferenças no processo de ensino aprendizagem, como, os diferentes tempos de aprendizagem e dificuldades em disciplinas específicas. Contudo, a Educação Inclusiva está associada à inclusão social, pois está preocupada com o respeito aos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Diniz (2014), fala do princípio fundamental da Educação Inclusiva que consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Alves e Barbosa (2006) confirmam, que a inclusão escolar tem como objetivo a construção de uma escola que acolhe a todos sem qualquer tipo de critério ou exigência, seleção ou discriminação, para o acesso e permanência na escola. De acordo com esses



autores, a inclusão requer uma mudança de concepção e de prática na qual a diferença humana seja compreendida em sua complexidade e valorizada para que se torne efetivo o direito de todos à educação. Forest e Pearpoint (1991), complementam dizendo que para acontecer a inclusão, é preciso enfrentar os medos e superar os obstáculos porque a inclusão significa mudança e a mudança sempre gera insegurança. A realidade histórica da segregação escolar e social das pessoas com deficiência só vai melhorar se esta mudança começar em nós e em nossas concepções.

Nesta perspectiva ressaltamos que, para que a inclusão aconteça nas escolas, é necessário eliminar barreiras arquitetônicas, garantindo acessibilidade física; promover a formação contínua de professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos; desenvolver e utilizar materiais didáticos adaptados; criar um ambiente acolhedor que combata preconceitos e atitudes discriminatórias; e implementar políticas educacionais que apoiem a inclusão de alunos com deficiência, garantindo recursos e suporte adequados.

A Declaração de Salamanca é um documento fundamental para quem defende a educação de qualidade para todos. Seus princípios e diretrizes servem como base para a construção de sistemas educacionais mais justos e equitativos, que garantem o direito à aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A Educação Inclusiva se distingue com uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades especiais, como está explícito na Declaração Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17-18).

O conceito de Educação Inclusiva refere-se à adaptação da escola para atender plenamente à diversidade de necessidades dos alunos nas instituições de ensino regulares. Sendo assim, a inclusão implica em uma escola que se adapte a todos os alunos. Nesta visão, a escola se torna inclusiva ao reconhecer a diversidade presente em sua comunidade estudantil e ao agir de maneira eficaz na educação dos alunos para atender às necessidades individuais de cada estudante, fator-chave na Educação Inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96, foi responsável por iniciar o processo de inclusão escolar no Brasil, foi a partir desta lei que ficou determinado que os alunos com necessidades especiais passassem a ser atendidos em classes regulares, independente da instituição de ensino ser pública ou privada, tendo ainda estes que ser



assistidos por professores com especialização adequada para este atendimento. No entanto, os autores ressaltam que a inclusão contém muitas barreiras, o que impossibilita que esta seja de fato uma realidade. Ela estabelece que:

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na rede regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições especificadas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Brasil, 1996, p. 19).

Diversos tipos de deficiências estão presentes, e as escolas devem estar preparadas para acolher esses estudantes e prover os recursos necessários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação aborda os princípios da inclusão, integração e respeito, bem como valoriza a individualidade e as necessidades de cada aluno. Portanto, a educação destinada a pessoas com deficiência é conhecida como educação especial, devido às suas demandas específicas que requerem um tratamento diferenciado, conforme estipulado na LDB (Brasil, 1996, p. 19).

Dentro das diferentes limitações, mencionamos algumas delas, como por exemplo a deficiência física, que inclui várias condições que restringem a capacidade de se movimentar, como paraplegia, monoplegia, tetraplegia, hemiplegia, amputação e paralisia cerebral. A deficiência auditiva é caracterizada pela perda parcial ou total da audição. Já a deficiência visual abrange a cegueira, que resulta na perda total da visão, e a baixa visão, que se refere a comprometimentos na acuidade visual de 30% a 60%. Deficiência Múltipla envolve a presença de duas ou mais deficiências, sejam elas físicas e psíquicas, sensoriais e psíquicas, sensoriais e físicas, ou físicas, psíquicas e sensoriais. Por fim, as altas habilidades e superdotação são atribuídas àqueles que demonstram habilidades ou potenciais avançados em áreas específicas em comparação com outras pessoas da mesma idade, experiência ou ambiente.

Toda instituição de ensino deve garantir assistência personalizada para estudantes com necessidades especiais. Assim, a Educação Especial nas escolas tem um papel importante, pois engloba um conjunto de práticas e políticas com o intuito de suprir as demandas educacionais de alunos com deficiências, transtornos no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem ou outras condições que possam impactar sua participação e rendimento acadêmico. O propósito é assegurar que esses estudantes tenham acesso a uma educação de



excelência e consigam explorar todo o seu potencial, fomentando a inclusão e a equidade de oportunidades.

Diversas formas de fomentar a Educação Especial na escola estão disponíveis. O primeiro passo é analisar as necessidades individuais de cada aluno, através de avaliações psicológicas, educacionais e médicas. Isso auxilia na identificação de possíveis deficiências, transtornos ou obstáculos na aprendizagem que demandem suporte adicional em sala de aula. A partir dessa análise, os estudantes que precisam de assistência especializada podem contar com a elaboração de um Plano de Educação Individualizado (PEI), elaborado em colaboração com professores, pais e demais profissionais da escola. Esse plano estabelece objetivos de aprendizagem específicos para o aluno, os serviços necessários para alcançá-los e as estratégias de ensino e avaliação adequadas.

Segundo Sacks e Halder (2017), o PEI é como se fosse um “contrato” no qual os membros da equipe PEI explicitam o que será desenvolvido com o estudante, e asseguram ser executado o que foi definido. O objetivo da elaboração do PEI é aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem, bem como o “desenvolvimento de habilidades e atitudes que favoreçam a inclusão acadêmica, social, e até laboral” (Braun; Vianna, 2011, p.32). Além disso, os alunos com necessidades especiais podem se beneficiar de recursos e apoios especializados na escola como, por exemplo, é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma importante ferramenta que complementa e fortalece a educação dos alunos, ajudando-os a se tornarem independentes tanto dentro quanto fora da escola. É uma oferta obrigatória em todos os sistemas de ensino e geralmente acontece nas escolas regulares, em um ambiente especial chamado Sala de Recursos Multifuncionais. Podemos pensar nessa sala como um espaço onde os alunos que precisam de atenção especial recebem suporte e assistência para desenvolver suas habilidades.

Nas Salas de Recursos Multifuncionais, são atendidos os alunos que são considerados público-alvo da educação especial, conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e do Decreto N.6.571/2008. Isso significa que são alunos que possuem necessidades específicas de aprendizagem como, por exemplo, alunos com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, entre outras.



É importante ressaltar que o AEE faz parte do projeto educativo da escola e visa garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais. Ele oferece recursos e estratégias pedagógicas diferenciadas, buscando promover a inclusão e o desenvolvimento pleno de cada aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O intuito desta seção consiste em analisar os dados coletados, discutindo os obstáculos e progressos no contexto da Educação Especial. Inicialmente, realizamos uma visita ao Núcleo de Assistência Psicossocial e Educacional (NAPSE), para coletar informações por meio de um questionário sobre a maneira como as escolas de Monteiro-PB estão lidando com a assistência às pessoas com deficiência. Durante essa visita, foi possível constatar que todas as 21 escolas da região disponibilizam recursos para atender alunos especiais, incluindo aquelas localizadas em áreas rurais. Nos casos em que não há sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), os alunos são encaminhados para receber atendimento no NAPSE, semanalmente. Isto está de acordo com o que sugere os autores Forest e Pearpoint (1991) e Diniz (2014) ao afirmarem que no campo da educação, para que a inclusão aconteça, é preciso antes discutir e reestruturar as escolas para se garantir o acesso e a participação de todos os sujeitos e impedir a segregação e o isolamento.

No município pesquisado, há um total de 226 alunos com deficiências e transtornos de aprendizagem distribuídos entre diferentes escolas. Para preservar a identidade de cada instituição investigada, referirmos aos dados das escolas como E1, E2, E3 e E4, que são aquelas com o maior número de alunos com necessidades especiais matriculados na zona urbana do município. A instituição E1 possuía 39 alunos, E2 com 36 alunos, E3 com 28 alunos e E4 com 21 alunos. Diniz (2014) aponta que a trajetória da Educação Inclusiva ainda é marcada por avanços e retrocessos, gerando controvérsias entre pesquisadores. No entanto, a maioria das escolas vem abraçando essa proposta de forma gradual, reconhecendo seu potencial para transformar positivamente o ambiente educacional.

A escola E1 atende a 39 alunos com deficiências e transtornos, evidenciando seu papel importante na inclusão educacional. A infraestrutura de acessibilidade é adequada, com a presença de corrimãos, rampas e banheiros adaptados, o que facilita a mobilidade e independência dos alunos. No entanto, a ausência de uma sala para o Atendimento Educacional Especializado é uma limitação significativa. Apesar disso, a escola compensa



essa falta com o apoio de profissionais qualificados, como psicólogos e psicopedagogos, e a utilização de um núcleo de apoio ou de uma escola vizinha para realizar os atendimentos. Essa estratégia, embora funcional, poderia ser aprimorada com a criação de um espaço dedicado dentro da própria instituição para melhor atender às necessidades dos alunos.

Durante a pesquisa de campo realizada na escola E2, foi observado que há 31 alunos matriculados com deficiências, abrangendo deficiências físicas, psicossociais, autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia e discalculia. A escola oferece Atendimento Educacional Especializado com o apoio de um psicólogo e uma psicopedagoga. Além disso, a estrutura da escola é adaptada, contando com corrimãos, rampas e banheiros acessíveis, garantindo suporte adequado aos alunos.

Quando questionada sobre os maiores desafios enfrentados pela escola ao acolher esses alunos, a entrevistada afirmou que não há dificuldades significativas, graças à receptividade dos profissionais e à dedicação de duas professoras especializadas no acompanhamento dos alunos. As consultas com os especialistas são agendadas em horários diferentes das aulas regulares; por exemplo, se um aluno tem aulas pela manhã, sua consulta é marcada para a tarde, e vice-versa. Para as consultas com a psicóloga e a psicopedagoga, os alunos devem se deslocar até a escola, o que, apesar de ser uma solução prática, pode ser melhorado para aumentar o conforto e a eficiência no atendimento.

Na Escola E3, a ausência da responsável pela instituição impossibilitou a aplicação imediata do questionário. As pessoas presentes, embora educadas, não se sentiram aptas a respondê-lo e não puderam oferecer auxílio. Diante disso, o questionário foi enviado por email para a responsável, que o respondeu no dia seguinte. A escola possui 15 alunos deficientes matriculados e oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE). A equipe conta com profissionais qualificados, como psicóloga e psicopedagoga. No entanto, a infraestrutura do prédio provisório onde a escola se encontra não é acessível. Segundo a responsável, a falta de acessibilidade é o principal desafio no atendimento aos alunos com deficiência, devido à natureza temporária da ocupação do local e à reforma da escola original.

A escola E4 oferece Atendimento Educacional Especializado e possui uma boa estrutura geral, garantindo um ambiente acolhedor e funcional para seus alunos. A escola conta com profissionais qualificados, como psicólogos e psicopedagogos, que proporcionam suporte essencial aos alunos com necessidades especiais. Além disso, a escola está equipada com rampas, corrimãos e banheiros acessíveis, facilitando a mobilidade e a independência dos alunos. Neste aspecto, segundo Diniz (2014), é imprescindível promover uma reestruturação



que engloba aspectos como planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação e gestão de processos educacionais, além de providenciar uma estrutura adequada para atender a essa demanda e satisfazer tais exigências.

No entanto, a escola E4 enfrenta um desafio significativo: a ausência de salas adaptadas especificamente para o Atendimento Educacional Especializado. Embora a estrutura geral da escola seja boa, a falta de espaços dedicados para esse atendimento limita a eficácia dos serviços oferecidos. Essa lacuna pode ser uma oportunidade para a escola melhorar ainda mais seu apoio aos alunos com necessidades especiais, proporcionando um ambiente de aprendizagem ainda mais inclusivo e adaptado às necessidades individuais. Pois de acordo com Alves e Barbosa (2006), embora tenhamos feito progressos na educação inclusiva, ainda há um longo caminho a percorrer. O sistema educacional brasileiro ainda se mostra frágil diante da grandiosa missão de atender às necessidades de todos os alunos. Para superarmos esse desafio, ações essenciais ainda precisam ser implementadas.

Diniz (2014) enfatiza a importância de mencionar que para que a inclusão seja mais do que um conceito, é fundamental investir na valorização e na formação do professor. Todos os educadores, sem exceção, devem ter acesso à preparação adequada, tanto na formação inicial quanto no desenvolvimento profissional contínuo ao longo de suas carreiras. Essa preparação é crucial em diversos momentos como por exemplo, antes ou durante a chegada de um aluno com necessidades especiais à escola, pois permite que o professor se familiarize com as características e necessidades do aluno, preparando-se para recebê-lo da melhor forma possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deficiências ou diferenças, tenham acesso ao mesmo ambiente de aprendizagem. Este modelo promove a igualdade de oportunidades, valorizando a diversidade e reconhecendo que cada aluno tem potencial único. Já a Educação Especial é uma área da educação destinada a atender às necessidades individuais de alunos que apresentam deficiências físicas, intelectuais, emocionais ou de desenvolvimento. Esses serviços são projetados para oferecer suporte adicional, adaptações curriculares, e estratégias



de ensino especializado para garantir que esses alunos possam atingir seu pleno potencial acadêmico e social.

A implementação da Educação Especial nas escolas envolve a integração de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares, sempre que possível, com o suporte necessário para que eles possam participar efetivamente. Em suma, a Educação Inclusiva e a Educação Especial nas escolas são componentes interligados que visam criar um sistema educacional mais justo e equitativo, onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades e habilidades, têm a oportunidade de aprender e se desenvolver ao máximo.

Concluimos que sem dúvidas esta pesquisa traz um tema bastante relevante, pois, a Educação Inclusiva transcende as paredes da sala de aula e se configura como um pilar fundamental para o desenvolvimento social, acadêmico e individual de todos os alunos. Ao abraçar a diversidade e promover a equidade, a inclusão transforma a educação em um processo enriquecedor e transformador, beneficiando não apenas os alunos com necessidades especiais, mas toda a comunidade escolar. Portanto, a construção de uma Educação Inclusiva exige um compromisso coletivo de todos os envolvidos no processo educativo: governos, escolas, famílias e comunidade. É fundamental que todos trabalhem juntos para garantir que as escolas sejam ambientes acessíveis, acolhedores e inclusivos, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

A comunidade de Monteiro, PB, tem se esforçado para promover a educação inclusiva, evidenciando seu compromisso com a diversidade e a equidade. No entanto, ainda existem lacunas a serem preenchidas, como a melhoria da estrutura física de algumas escolas e a criação de salas reservadas para atendimento especializado. Esses aprimoramentos são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Continuar avançando nessa direção é fundamental para o desenvolvimento educacional do município.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O.; BARBOSA, K, A. M. Experiências Educacionais inclusivas: Refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, Berenice Weissheimer. Experiências Educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, Constituição Federal Brasileira, 1998. Lei no. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.



BRAUN, P.; VIANNA M. M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DINIZ, M.; ARAÚJO, R. M. B. A inclusão e a educação de jovens e adultos: saberes em circulação. **Revista Educação em Foco**, v. 17, p. 109-124, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. **Inclusão: ela tem a ver com mudança!** Traduzido por CAVALCANTE, M.2011. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/2011/06/19/inclusao-ela-tem-a-ver-com-mudanca/>>. Acesso em 11 nov. 2019.

MARCONE, M. d. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas S. A, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 13 maio 2024.

RAMOS, S. P. **Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades na Prática Docente**. Trabalho de conclusão de curso - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA). Humaitá - AM.

SACKS, L. H.; HALDER, S. (2017). Challenges in implementation of individualized educational plan (IEPs): Perspectives from India and the United States of America. **Indian Journal of Health and Well-being**, 8(9), pp.958-965.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial Esplanada dos Ministérios. **Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 a 2006**. Brasília, 2016. p.7.